

UM ESTADO DE PRIVILÉGIOS.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Paulista e Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária - CEU.

Nada obstante o esforço do presidente da República em ajustar o país à crise nacional e mundial, a terapêutica adotada é apenas para manter o doente com condições de trabalho, sem curar a moléstia que inibe seu desenvolvimento e não permite ao Brasil colocar-se entre as grandes nações do mundo.

De há muito que o Estado brasileiro está falido. Ganhou inúteis gorduras no setor da Administração Pública e se desfigurou na criação de uma Federação maior do que o PIB. É um monstrengo adiposo e senil, em que o vírus político e burocrático não permite que qualquer regime seja bem sucedido ou qualquer medicação surta efeito.

O Brasil é um Estado em que a sociedade sadia, mas faminta, não fica com os alimentos que produz porque, via tributos, são transferidos para sustentar a insaciável máquina de 5.500 entes federativos (União, 26 Estados, Distrito Federal e 5.500 Municípios), cuja função é receber receitas para repassá-las, em mais de metade,

para o pagamento exclusivo de **mão de obra**, prestando, em contrapartida, medíocres serviços públicos (art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal). Carga tributária maior do que muitos países desenvolvidos (EUA, Japão, Suíça e Austrália), com serviços públicos piores do que de muitos países emergentes!!!

Embora a avaliação do Governo Fernando Henrique seja positiva em alguns índices (o analfabetismo caiu de 19 para 13%, o acesso de crianças pobres a escola subiu de 73% para 93%, a mortalidade infantil caiu de 47,8 para 29,6 por mil habitantes nascidos e o salário mínimo real passou a equivaler 27% da cesta básica quando era de 60% antes de seu governo) o certo é que quase decuplicou a dívida externa e interna, elevou a carga tributária de 25% para 35% e reduziu os saldos na balança comercial de 12 a 13 bilhões de dólares durante o período dos governos militares, para quase zero, sendo que apenas em 2001 e 2002 recuperou-se, mais por força da queda das importações, do que por melhoria das exportações. É que ainda exportamos tributos (Cofins e CPMF).

A reforma administrativa (E.C. n. 19) foi torpedeada no Congresso; a da previdência (E.C. n. 20) não resistiu aos “lobbies” dos burocratas e políticos; a política, a tributária e a do Judiciário nunca se realizaram.

Nitidamente, enquanto a sociedade não crescer e o Estado inútil não diminuir, reduzindo suas funções àquelas essenciais para o cidadão (defesa nacional, segurança pública, justiça, saúde, educação, transportes), convenço-me de que o Brasil continuará patinando na história, não vendo, inclusive, nas propostas dos 4 candidatos nenhuma para desmanchar o “Quasímodo” burocrático gerado pela

Constituição de 1988. Há necessidade de um “SPA” de cidadania, objetivando internar o doente adiposo e pegajoso, que é o Estado brasileiro para o bem da Nação e é necessário que a sociedade comece a gritar que já não aguenta mais o peso dos tributos destinados, fundamentalmente, a privilegiar burocratas e políticos e a pagamento de juros.

SP., 06/09/2002.

EMAIL: ivesgandra@gandramartins.adv.br

IGSM/mos

A2002-75 UM ESTADO DE PRIVILEGIOS